



**Vistoria técnica: Estância Buen Retiro - Castillo Morató, no âmbito do Projeto da Linha de Transmissão Verde Tacuarembó – Salto, Uruguai**

**Relatório Técnico  
Março de 2023**

## 1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

O presente documento tem como objetivo elencar e descrever análises não interventivas para aferição de possíveis impactos a bens arqueológicos e culturais componentes da chamada Estância Buen Retiro – Castillo Morató, Uruguai, o qual encontra-se localizado próximo ao projeto de uma linha de alta tensão (LAT) entre as cidades de Salto e Tacuarembó.

A avaliação em pauta foi solicitada pelo braço de financiamento privado do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID Invest) e visa a análise de atendimento da legislação nacional vigente e aferição do cumprimento do Padrão de Desempenho 8 da IFC no âmbito do financiamento do projeto

Em fevereiro de 2022 foi publicado no Diário Oficial a Resolução 40/2022 do Ministério da Educação e Cultura que declarou a Estância Buen Retiro - Castillo Morató como Monumento Histórico Nacional. No documento é declarada como monumento nacional a propriedade de 3.175 hectares e os bens edificados a esta pertencentes. A LAT abrange duas demandas de ordem nacional uruguaia, não excludentes: de um lado, as medidas protetivas para o patrimônio cultural da nação e de outro, a segurança energética, necessária para o desenvolvimento do país, e garantia, inclusive, da manutenção e incremento de seus programas culturais e educacionais

A presente avaliação foi realizada com base em documentos disponíveis e em uma visita técnica realizada no dia 28 de fevereiro, estando presentes os seguintes profissionais: i) Clayton Galdino, arqueólogo independente contratado pelo BID Invest; ii) Mónica Bolaños, arqueóloga independente contratada pelo BID Invest; iii) Joaquín Mazarino Rodríguez, arqueólogo consultor da construtora *China Machinery Engineering Corporation* (CMEC); iv) Luiz Gabriel Todt de Azevedo e João Paulo Diniz Abud, membros da Divisão Ambiental, Social e de Governança (SEG) do BID Invest; e v) pelo corpo de engenharia e demais setores, componentes tanto da *Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas* (UTE) como da CMEC.

Foi realizado no local uma vistoria não interventiva, registro paisagístico e das condições gerais da edificação histórica (castelo e murada de pedra) nos pontos mais próximos à linha de transmissão. Mediante ação de campo, em conjunto com

os documentos disponibilizados e as bases teóricas eleitas, é apresentado o presente parecer, como segue.

## **2. BASE TEÓRICA**

A categoria de patrimônio material que baliza nosso trabalho de campo refere-se aos bens arqueológicos. Estes podem ser classificados segundo seu contexto de origem. No cenário sul-americano temos os de natureza pré-colonial, anteriores ao contato com o elemento colonizador europeu; os de contato, que evidenciam interações entre a cultura autóctone e a estrangeira; os coloniais e posteriores, derivados de assentamentos urbanos e agrários sob influência europeia ou africana.

Outras designações são aplicadas, decorrentes de nichos específicos (aquática, industrial, militar, ferroviária), algumas inclusive decorrentes de etnias e de gênero, o que insere a aplicação de vertentes não somente em contextos históricos, mas também derivadas de apropriações por movimentos sociais.

### **2.1. Metodologia aplicada**

O trabalho proposto baliza-se em preceitos de subcampos da Arqueologia, denominados da Paisagem; Pública e Preventiva (também chamada de Empresarial ou de Contrato). Estas bases metodológicas prescrevem, dentre outros aspectos, ações não interventivas e interventivas no patrimônio arqueológico (integradas com os demais bens culturais); coparticipação da pesquisa com a comunidade diretamente envolvida; uso de geotecnologias e interface das informações com demais campos de conhecimento correlatos, sobretudo com o Planejamento Urbano e Regional.

A combinação de métodos objetiva a complementaridade entre diversas fontes e a elaboração conjunta com a comunidade detentora. Faz-se necessário no momento em que o objeto se refere a um bem difuso, no caso, o patrimônio cultural nacional. Neste sentido observa José Luiz de Moraes (1999, p. 13):

De fato, o conhecimento científico chegou aos seus confins e, por isso, é hora de ele começar a dialogar com outras formas de conhecimento. Assim, reconhecendo as diferenças fundamentais entre ciência e tradição, pode-se frisar não a sua oposição, mas, sim, a sua complementariedade. E a ótica patrimonial - o patrimônio do povo - acaba por ganhar sentido.

A eleição de métodos da Arqueologia em estudos de Planejamento Urbano e Regional pode proporcionar a identificação de condicionantes históricos e geográficos que influenciam modos atuais de ocupação, conforme observa Tuan (2012, p. 239): “[...] chegamos a compreender algo do estilo de vida de um povo incluindo sua atitude em relação ao mundo, somente por meio da evidência acumulada dos atos diários e das circunstâncias físicas onde ocorrem.”.

Neste contexto, uma das metodologias presentes na ciência arqueológica refere-se à *Arqueologia da Paisagem*, assim descrita por José Luiz de Moraes (1999, p.11):

Trata-se de uma ação integradora de conhecimento e experiência, não apenas junto às áreas de Planejamento e Arquitetura, mas também de uma atividade de comunicação e diálogo entre aquelas e demais áreas do conhecimento, envolvendo o meio cultural em que vivemos.

A Arqueologia da Paisagem não concentra o olhar no bem em particular, mas no sistema geográfico que o acolheu. Permite relacionar o conjunto cultural identificado com os recursos naturais, as atividades exercidas e com as percepções simbólicas da comunidade diretamente envolvida (MÉNDEZ; BOADO, 2000, p. 56).

Ao basear a metodologia neste campo pretende-se encontrar subsídio para a compreensão das dinâmicas de ocupação: mudanças de núcleos; transições de práticas econômicas e sociais; entender as vias de acesso e como os fatores econômicos e naturais balizaram estas transformações. Por esta análise sistêmica, possui aplicabilidade no Planejamento Urbano e Regional (MORAIS, 1999, p. 6 e 12).

Assim, conceitua-se Paisagem Cultural como os limites naturais que moldaram a eleição, instalação, operação, declínio/abandono e rearranjo dos sistemas sociais e econômicos que compõem a trajetória de determinada comunidade. A Paisagem Cultural pode acolher sistemas culturais que ou foram suplantados ou coexistiram, e deixaram para a atualidade seus vestígios. Sejam eles ruínas ou cicatrizes no terreno tais como cortes, aterros, extrações, caminhos.

Tal método de abordagem é ilustrado pelo fluxograma a seguir:

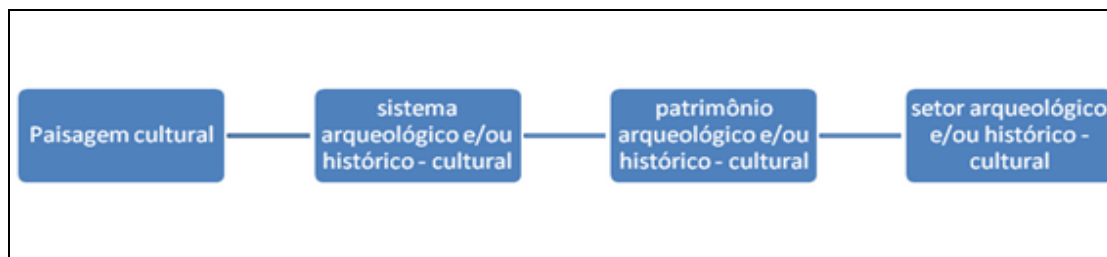


Figura 01: Sistematização cultural

Em associação, outro subcampo arqueológico denominado *Arqueologia Pública* é acionado. Erika Marion Robrahn - González (2006, p. 64) assim o define:

Ramo da Arqueologia voltada ao relacionamento entre a pesquisa e o manejo de bens culturais com os grupos sociais interessados, de forma a promover a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico e histórico.

A Arqueologia Pública nasce na crescente percepção sobre a necessidade de divulgação das informações arqueológicas para o público em geral. Possibilita a participação destes nas etapas de pesquisa, inclusive na eleição de bens que devem ser ou não estudados. Encontra abrigo nos reclames de populações nativas e grupos vulneráveis para acesso às informações e metodologias de viés usualmente eurocentrista ou norte-americano (FUNARI; ROBRAHN - GONZÁLEZ, 2006).

Por fim, outra vertente teórica abordada refere-se à *Arqueologia Preventiva*. Esta modalidade apresenta arcabouço teórico e metodológico dinâmico, intrínseco aos cronogramas e demandas de projetos de engenharia, desde pequenas às mais amplas envergaduras.

Como características de métodos, destacam-se:

- A possibilidade de reconhecimento de grande número de patrimônios, em curto espaço de tempo;
- Ampla leitura de vastas porções da paisagem, inclusive aquelas que não apresentam vestígios. O que, por si, reveste-se de resultado para pesquisa futuras, na forma da inserção em bancos de dados de terrenos já pesquisados;
- Maior intensidade de ações de prospecção e resgate, em menor tempo, para a compatibilidade com os cronogramas físico e financeiro das obras;

- Amplo custeio do Ciclo Completo de Curadoria Arqueológica, na forma de recursos destinados a estudos de gabinete; campo; análise laboratorial e disponibilização à sociedade.

À primeira vista, esta vertente de ação da Arqueologia desperta questionamentos, principalmente na questão do tempo disponibilizado a estudos de eventuais sítios identificados. No entanto, tal aspecto negativo pode ser minorado com os benefícios globais do investimento, tais como:

- Preservação de demais patrimônios identificados por meio de adequações de projeto (portanto, com possibilidade de estudos mais apurados, no futuro);
- Resgate de parcelas do sítio apenas na área diretamente afetada (ADA), também com possibilidade de estudos futuros nos setores preservados;
- Inserção nos relatórios e documentos decorrentes dos patrimônios já identificados anteriormente ao projeto;
- Amplo aporte de recursos em logística; contratação de mão de obra; produção documental, via de regra, escassos em processos de cunho acadêmico;
- Suporte a subprogramas de acervos; museológicos e pedagógicos, com base nas descobertas realizadas.

Em campo, utilizou-se método de pesquisa não invasivo denominado reconhecimento arqueológico, descrito por José Luiz de Moraes (2007, p. 20) como:

O reconhecimento arqueológico transita entre grandes e pequenas extensões de acordo com o foco da abordagem, desdobrando-se em reconhecimento de paisagem e reconhecimento de terreno, respectivamente. Não são executadas intervenções na matriz pedológica ou nos registros arqueológicos, se existentes; não são efetuadas coletas de materiais.

Portanto, os métodos eleitos devem nortear procedimentos de campo sistematizados para o patrimônio arqueológico e aferir, nas três vertentes citadas, o cumprimento das ações preventivas pelo empreendimento, bem como possíveis impactos aos vestígios arquitetônicos do Castillo Morató.

### 3. OS BENS CULTURAIS EM ESTUDO

Conforme já expresso em diversos documentos elaborados sobre o monumento em pauta, o Castillo Morató representa uma unidade rural novecentista, localizada às margens de estrada vicinal, além de estruturas de manejo pecuário. Estas, formadas pela técnica vernácula de alvenaria de pedra seca (sem argamassa).

Foi declarado patrimônio nacional, em 2022. O parecer emitido pelo Ministério de Educação e Cultura do Uruguai, em sua *Exposición de Motivos*, incide sobremaneira na chamada sede, pelos seguintes aspectos: luxo e conforto da edificação, cenários inseridos de forma pioneira nos deslocamentos de pessoas de posse, da cidade para o campo; aspecto de castelo medieval, que se sobressai no relevo predominante da região; elementos construtivos e decorativos da edificação; paisagismo envoltório à edificação sede; inovações tecnológicas das unidades laborais imediatas à sede. O mesmo documento cita as estruturas de pedra designadas para manejo pecuário. A parecerista conclui sua descrição, onde salienta o escopo do processo de tombamento voltado para o *Castillo*, conforme expresso (MEC, s.d., p. 4):

*Sin dudas es una construcción que impacta por su masa y su escala en medio de la pradera sanducera. A través de un lenguaje ecléctico, rodeada de símbolos y suntuosidad, ostenta carácter de castillo y despierta curiosidad y admiración en la población en general. Cada pieza, cada detalle permanece en su lugar sin prácticamente intervención alguna, lo que permite franca lectura de su historia para futuras investigaciones. Ese estado a su vez, da marco a la mística, leyendas y misterios que su ubicación, historia y la propia población le han otorgado.*

A sede da propriedade está sob as coordenadas 21H 524027, 6437505 e o limite máximo a leste do muro de alvenaria de pedra nos pontos 21H 525523, 6437351 (*datum* CGS WGS84), conforme ilustrado na Figura 02, a seguir.

Diante da expressiva distância da sede em relação ao empreendimento (1600 metros, aproximadamente), iremos concentrar as descrições no muro de pedra, este, com distância variável de 120 metros a partir da chamada torre 467 (unidade do empreendimento mais próxima).

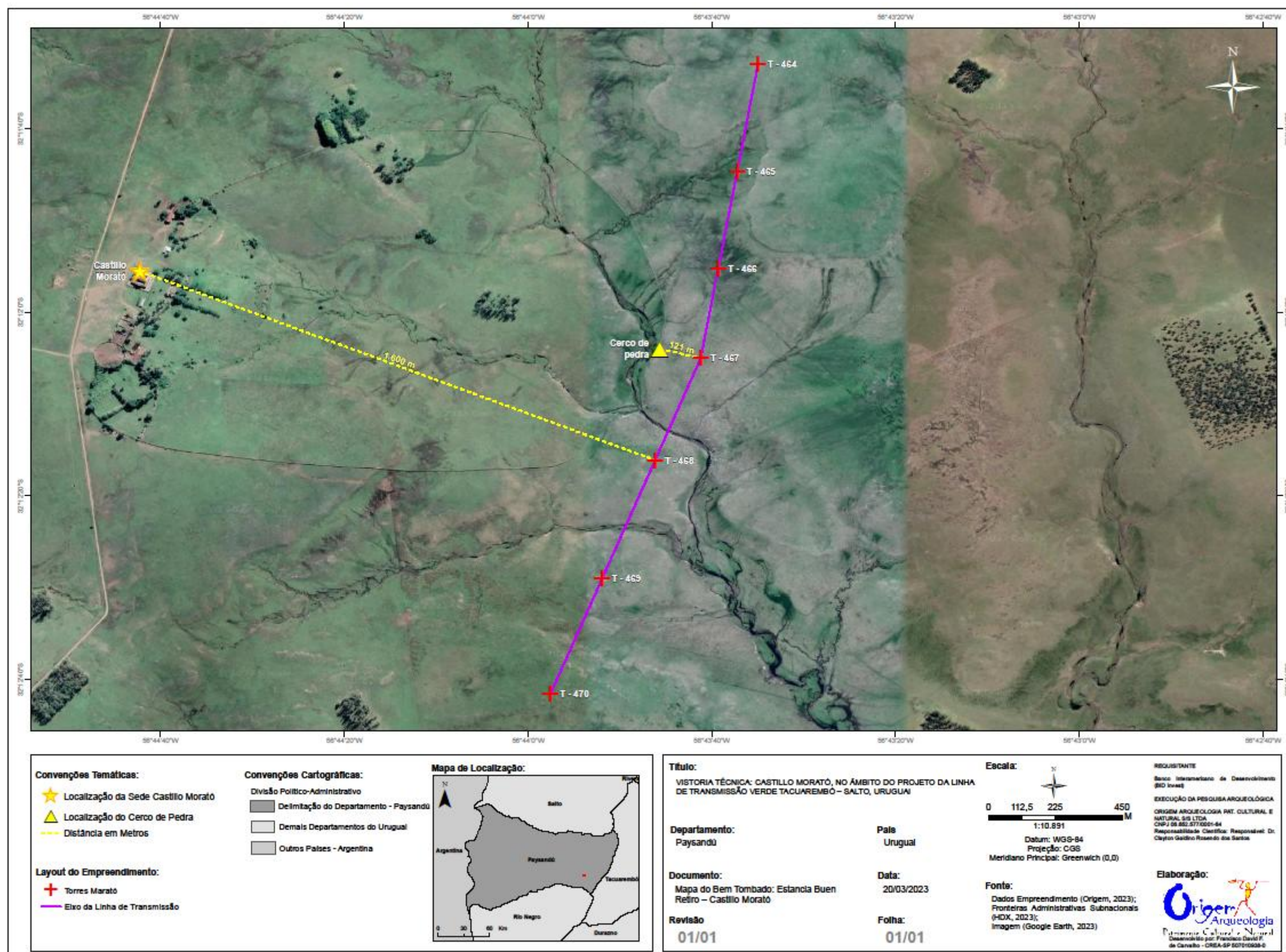


Figura 02: Localização da sede, ponto mais distal da murada de pedras e torres mais próximas da LAT.



O muro de pedras reflete modo vernáculo de construção, que espraia-se do Uruguai até o sul do Brasil. No local, segundo comunicação pessoal do arqueólogo Joaquín Mazarino, contratado pela empresa construtora (CMEC), sua construção dá-se mediante taipal com pedras maiores nas faces externas, preenchidas por unidade menores no meio, travadas com ‘cunhas’ de pedriscos. A estrutura é finalizada no topo com pedras em forma de lajotas. Outro aspecto notado refere-se aos dutos destinados à drenagem, bem como peças de grande dimensão nos cunhais dos vazios (vãos, acessos) para manejo pecuário.



Figura 03: Aspectos gerais da murada, no setor mais próximo à LT.



Figura 04: Técnica construtiva, onde se vê o travamento com cunhas de pequeno porte.



Figura 05: Detalhe das 'camadas' externas, internas e superior de construção.



Figuras 06 e 07: Cunhais do muro. Vãos para manejo e acesso.

#### **4. CONCLUSÕES ACERCA DO MONUMENTO HISTÓRICO NACIONAL, DOS POSSÍVEIS IMPACTOS CAUSADOS E DAS MEDIDAS DE GESTÃO ADOTADAS PELO EMPREENDIMENTO.**

Esta seção objetiva, à luz das bases teóricas norteadoras citadas anteriormente, discorrer sobre a observância das boas práticas na gestão patrimonial, aplicadas no âmbito do empreendimento, aferidas *in loco* e em consultas aos documentos disponibilizados.

Sob os preceitos da Arqueologia da Paisagem, o empreendimento proporcionou (e proporciona, tendo em vista as ações de campo em andamento), um reconhecimento territorial amplo do país, composto por 350 km lineares com 80 metros de faixa de domínio, correspondentes ao projeto de infraestrutura.

Esta ação ilustra uma ampla Paisagem Cultural Uruguaia, composta pelos relevos de baixa declividade; recursos hídricos (vias de comunicação, produção e fontes de matéria prima); recursos geológicos e demais características ambientais.

O programa coligiu até o momento 118 patrimônios arqueológicos, conforme elencado na tabela 2 - *Diagnosis y evaluación de impacto según critérios* (MAZARINO, s.d., p. 70). Estes bens integram alguns sistemas culturais, tais como:

- Pré-coloniais (compostos por sítios rupestres; caçadores – coletores e ceramistas horticultores);
- Colonial pecuarista, formado pelas edificações e equipamentos de manejo, onde se destacam os cercos de pedra;
- Locais de memórias de embates militares e da formação nacional uruguaia
- Testemunhos da atuação jesuítica, dentre outros.

Portanto, no contexto global, a atuação do empreendimento permitiu a identificação de diversas formas da ocupação humana, presentes na consolidação da identidade nacional uruguaia.

Soma-se nos resultados finais a ampla abrangência de setores pesquisados que não apresentaram vestígios. A ausência de materiais aferida neste vasto território também integra os estudos da paisagem. Os seus dados podem ser úteis para otimizar esforços futuros na pesquisa arqueológica.

Sob este viés metodológico, no âmbito local do Castillo Morató/Estancia Buen Retiro, as torres serão alocadas em distância considerável em relação à sede. Salienta-se que a inserção dos 3175 hectares da propriedade no processo de proteção patrimonial dá-se pelo rito de categorização de bens nacionais, que prescreve considerar os limites de sua matrícula, e não somente a alocação por si do bem a ser protegido.

Em relação a um eventual impacto paisagístico, vemos que não há cessão da relação espacial e de cenário da sede com seus demais componentes ambientais, nos vastos limites de sua matrícula.

O terreno da estância reproduz a forma recorrente do território uruguaio e as formas de apropriação da região: pastagens, estruturas de manejo, nichos arbóreos nativos e derivados de silvicultura, e também, com a já recorrente presença de linhas de transmissão. Estas, já consolidadas nos cotidianos nacionais e necessárias para a segurança energética dos países, bem como vetores de desenvolvimento e bem estar.

Ressalta-se, portanto, que a distância de 1600 metros das torres em relação à edificação principal não implica obstrução paisagística, tampouco perda das características de implantação e contemplação do conjunto arquitetônico.

De importante aspecto, cumpre salientar que a *Comisión del Patrimonio Cultural de la Nación* apoiou, com ampla maioria, (7 votos a favor, 1 abstenção e 1 voto contra), a nota emitida pelo Diretor da Comissão (Arq. William Rey Ashfield), a qual afirma que o Projeto não afeta as condições fundamentais de valor patrimonial do casco, nem do cerco de pedra, nem da dimensão de caráter paisagístico.



Figura 08 e 09: Aspectos gerais da área de pastagem da propriedade.



Figuras 10 e 11: Visada a partir da Torre 465. Ao fundo, após as elevações, está situada a edificação principal, a 1600 metros de distância.

Em relação aos muros de pedra, também sob o olhar paisagístico, tampouco há impactos de monta. Justificamos nossa afirmação com o registro de diversos exemplares identificados na região. Muitos estão integrados com infraestruturas lineares da atualidade, tais como rodovias; linhas de distribuição de energia e ferrovias. Portanto, a coexistência num mesmo suporte geográfico de uma linha de transmissão e uma parcela de murada de pedra é perfeitamente compatível.



Figura 12: Exemplo de murada de pedra da região (à esquerda), com faixa de domínio de rodovia à direita; linha de distribuição ao centro e ferrovia, ao fundo.



Figura 13: Exemplo de murada de pedra, recorrente na região em estudo.





Figuras 14 e 15: Outros exemplares de murada de pedra, recorrente na região em estudo.



Figura 16: Em vermelho, alinhamento da murada de pedra do Castillo. A amarela, base da torre 465.

Também sob a Arqueologia da Paisagem, notou-se que os muros estão imediatos a grande fonte de sua matéria prima. Este fator, ligado às práticas de gestão de bens patrimoniais, permite sua constante manutenção, na forma de recolocação das pedras porventura ruídas ou substituição por novas, com uso da jazida próxima.

Neste ponto citamos a arquiteta restauradora soteropolitana Cassia Magaldi (em comunicação pessoal) ao abordar a manutenção de equipamento ainda funcional (como é o caso da murada de pedra, usada para cercar os animais e componente de futuro projeto turístico, segundo informado). A professora expressa ser perfeitamente natural que se faça recomposição ou substituição de peças fadigadas, de uso recorrente. Portanto, cabe ao proprietário, usuário de sua murada, proceder a manutenção cotidiana de suas estruturas. Para tal, poderá usar as fontes de pedra citadas. Neste ponto, podemos ver no local já a aplicação desta prática: setores colapsados do muro, recompostos pelo seu detentor.



Figura 17: Registro de recomposição de estruturas no local. Acervo Joaquín Mazarino.

A análise da paisagem local não revelou fontes de pedras aptas a lascamento. Assim, indica um baixo potencial para oficinas líticas caçadoras e coletoras. Também oferece boas condições de visibilidade (horizontal e vertical, com solo raso) e acesso, fatores que facilitam a identificação de possíveis vestígios.

Ratifica-se assim a inexistência de impactos ao patrimônio arqueológico nas torres lindeiras à murada em estudo.

Assim, em relação às investigações prévias para avaliação das características históricas da propriedade pelo empreendimento, em paralelo à declaração do Castelo como patrimônio cultural nacional, vê-se que as medidas cautelares foram efetuadas.

Embasa-se nas atividades prévias e durante a instalação das torres, em setor da propriedade distante da sede, balizadas pelas pesquisas arqueológicas, sem nenhum achado decorrente.



Figura 18: Fontes de matéria prima para recomposição cotidiana da murada – ação de manutenção pelo uso. Pedras não aptas a lascamento de instrumental pré-colonial

A análise da paisagem também nos auxilia a identificar os danos impressos na murada, na forma de desmoronamentos pontuais. Nota-se que todos os colapsos possuem direção para a sua face interna, decorrente de alguns fatores: ação mecânica da água das chuvas e acúmulo de sedimento, derivado de ações pluviais e eólicas, na face externa da murada. Este segundo fator denota diferença de cotas entre os dois lados.



Figura 19: Redes de drenagem que direcionam maior fluxo de água, em embate com a murada.



Figura 20: Setor colapsado, com projeção para a face interna.



Figura 21: Setor colapsado, com projeção para a face interna.



Figura 22: Setor colapsado, com projeção para a face interna. Note-se duto para escoamento de água, ação cautelar já prevista na concepção da murada, ante os rigores das chuvas.



Figura 23: Diferenças de cotas. Mais alta na face externa, por acúmulo, e mais baixa na interna. Ação que pode originar inclinação e desmoronamentos pontuais.

Estes dois aspectos derivam um prumo inclinado em muitas partes da estrutura e afastam a possibilidade de desmoronamento por trepidação, em decorrência da instalação das torres. Uma ação de trepidação decorreria de colapsos em ambos os lados, e não somente para a parte interna, como pode ser verificado.

Sob a ótica da Arqueologia Pública, consonante com a necessária construção do conhecimento com a comunidade detentora e com amplas ações de negociação e mediação, nota-se nos documentos disponibilizados uma efetiva cronologia de tentativas de diálogos com o proprietário do Castillo Morató.

No entanto, conforme citado, o empreendimento também objetiva garantir a demanda de segurança energética da população uruguaia, com uso de recursos públicos. Portanto, diante da recusa mencionada de acordo ou consenso por parte do detentor, entendemos que as premissas de colaboração com a comunidade, no caso específico do Castillo, foram exercidas.

Acrescenta-se que, no âmbito local, o empreendimento permitirá a continuidade das práticas tradicionais de pecuária, pela necessidade apenas de pastagens e campos abertos.

Também há a possibilidade de incremento de novos usos da área, por meio das modalidades turísticas peregrinas (cicloturismo; roteiros a pé, carro e cavalo, etc.). Justifica-se nossa afirmação pela inserção do patrimônio no rol de bens identificados e abordados no âmbito do empreendimento e publicizados por cartas temáticas citadas adiante.

Em relação ao potencial turístico da propriedade, o empreendimento não altera as configurações cênicas e funcionais da localidade. Tal afirmação está fundamentada nas características do empreendimento: baixa atividade na manutenção e operação de impactos decorrentes, como pouco ruído e não emissão de poluentes. A percepção destas características inertes é ampliada quando se considera a localização da edificação sede, como dito, a mais de 1600 metros da linha.

Pode haver, conforme mencionado, maior visibilidade e divulgação deste futuro atrativo turístico, ao ser incluso no rol de bens identificados no âmbito global do projeto.

Em âmbito nacional, o empreendimento propiciará, no chamado Ciclo Completo de Curadoria Arqueológica, a gestão e democratização da arqueoinformação, por meio da elaboração de cartas temáticas. E, atividade de disponibilização, na forma de um Programa de Educação Patrimonial, a ser exercido nas instituições museológicas de salvaguarda do acervo coletado. Estas ações foram informadas pela coordenação arqueológica da UTE.



Figura 24: Paisagem e uso recorrente: pastagens e criação pecuária. Sem supressão de terrenos significativos, ou impedimentos de trânsito para tal prática, bem como um futuro uso turístico.

Desta forma, também vemos que sob a égide da Arqueologia Pública, o empreendimento cumpre satisfatoriamente com o preconizado pelas boas práticas internacionais (Padrão de Desempenho 8 da IFC), no exercício da disponibilização da arqueoinformação e da garantia de preservação *in situ* de locais ou consagrados por instrumentos de proteção cultural, ou com potencial para sê-los no futuro.

Adicionalmente, cabe mencionar que o traçado da Linha de Transmissão foi concebido de modo a afastar-se de residências e outras construções existentes (mais de 100 m do eixo da linha), procurando áreas de baixa densidade populacional e de baixa produção agrícola e florestal, onde a abertura da faixa de servidão poderia implicar na derrubada de árvores. A baixa densidade populacional neste território permitiu a definição de um traçado adequado, sem a necessidade de deslocamento físico ou econômico de pessoas.

Sobre as práticas da Arqueologia Preventiva, ressaltamos as já citadas ações de custeio de amplo programa de pesquisa, com a identificação dos 118 patrimônios. Soma-se a garantia da execução das etapas seguintes: curadoria do acervo coletado e ações de Educação Patrimonial. Salienta-se que mantem-se equipe de Arqueologia em atividade, na forma de acompanhamento cauteloso das obras, para garantia de não haver impactos a possíveis vestígios.

Em relação à excepcionalidade do bem em estudo, vê-se que a sede da estância possui importância que transcende seus aspectos materiais, decorrentes dos fatos históricos e das memórias de negociação e embates de grupos de formação nacional uruguaia. No entanto, sua localização, a mais de 1600 metros da



linha de transmissão, garante sua preservação *in situ*, sem impactos diretos e indiretos do empreendimento.

Sobre a murada de pedra, embora de refinada técnica e decorrente de prática vernácula, não imprime alta excepcionalidade ao consideramos: os vários exemplares presentes na região; a possibilidade de manutenção constante, consoante com as práticas de conservação patrimonial, seja pela técnica de anastilose, pela recomposição com materiais similares ou adequações com estilos e técnicas distintas, para garantir seu uso e permitir ao olhar visitante a diferenciação entre o novo e o antigo. Por fim, ressalta-se a distância da murada com a linha, maior de 120 metros e a compatibilidade e possibilidade de ambas as estruturas utilizarem o mesmo suporte geográfico.

Apesar da importância impressa ao Castillo Morató, seu gradiente crítico está presente na sede da edificação e não em seus 3175 hectares. Como verificado, estabelece-se como rito processual de reconhecimento como patrimônio nacional a inserção da matrícula do bem inventariado, para fins de organização espacial da gestão dos bens culturais uruguaios.

No leito do traçado o *nível crítico* estaria na identificação de algum bem arqueológico, na forma de artefatos pré-coloniais; alicerces de edificações gravitárias à sede da estância ou outra modalidade, o que não se configurou.

Estas características isentam maiores esforços do empreendimento em mudanças de traçados, a expensas dos recursos do povo uruaio, uma vez que a alternativa atual é, a nosso ver, compatível com a preservação do bem cultural em tela, e com a almejada segurança energética que almeja o país.

São estas as nossas considerações.

**Elaboração: Dr. Clayton Galdino Rosendo dos Santos**

**Revisão: Prof. Dr. Wagner Gomes Bernal**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MÉNDEZ, M. G.; BOADO, F. C. La Edad del Hierro: de la investigación a la ilustración. Planteamientos y diseño del proyecto de recuperación del castro de Elviña. In: LÓPEZ, M. del M. B. (org.) Gestión Patrimonial y Desarrollo Social. Capa 12 - Criterios e Convencións en Arqueoloxía da Paisaxe. Santiago de Compostela: Laboratorio de Arqueoloxía e Formas Culturais, IIT, Universidade de Santiago de Compostela, 2000, p. 51 - 62;
- MAZARINO, Joaquín. Informe Final Control Arqueológico Previo al inicio de Obra. 2022.;
- MINISTÉRIO DE EDUCACIÓN Y CULTURA DE URUGUAY. Estância Buen Retiro. Montevideo: MEC, s.d.;
- MORAIS, J.L. A Arqueologia e o fator geo. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, (9), p. 3-22, 1999;
- \_\_\_\_\_. Gestão Estratégica do Patrimônio Arqueológico do Gasoduto Caraguatatuba – Taubaté Gastau. São Paulo: Petrobras, 2007;
- ROBRAHN - GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações de arqueologia pública ligadas ao Projeto de Ampliação de Mina Calcária Limeira. In: FUNARI, P. P. Arqueologia Pública. Campinas: Unicamp, 2006, p. 62 - 122;
- TUAN, Y. Topofilia um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Edeal, 2012.